



HABITAÇÃO E INTERAÇÕES URBANO-REGIONAIS EM PEQUENAS CIDADES PERTENCENTES AO ARRANJO POPULACIONAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP

João Vitor Pavoni ¹

RESUMO

O presente trabalho busca analisar e compreender a operação de políticas habitacionais de interesse social em pequenas cidades componentes do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto – SP (IBGE, 2016; 2020). Para a sua consecução, priorizou-se pelas coletas de dados relativos à produção habitacional de instituições como a COHAB-Ribeirão, CDHU/SP, e o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, além da coleta de dados sobre os deslocamentos diários das cidades analisadas, a leitura do referencial teórico específico sobre habitação, sobre pequenas cidades, “reestruturação”, e o mapeamento dos vínculos da rede urbana (IBGE, 2020). Como resultados preliminares, observa-se que a leitura do histórico das políticas habitacionais nos permite compreender, de um lado, o papel do Estado em articulação com os agentes produtores da habitação (mercado e sociedade civil) e, por outro, as interações urbano-regionais que se desenvolvem a partir da produção e consumo da moradia, abrindo a possibilidade de análise para as interações no contexto de uma rede urbana, para além da escala local e de uma cidade.

Palavras-chave: Pequenas cidades, Políticas habitacionais, Arranjo Populacional, Região de Ribeirão Preto.

RESUMEN

Este trabajo busca analizar y comprender el funcionamiento de las políticas de vivienda de interés social en pequeñas ciudades que forman parte del “Arranjo Populacional de Ribeirão Preto – SP” (IBGE, 2016; 2020). Para ello, se priorizó la recolección de datos sobre producción de vivienda de instituciones como “COHAB-Ribeirão”, “CDHU – Estado de São Paulo” y el Programa “Minha Casa, Minha Vida”, de recopilación de datos sobre desplazamientos diarios en las ciudades analizadas, lectura sobre vivienda, sobre pequeñas ciudades, “reestructuración” y mapeo de los vínculos de la red urbana (IBGE, 2020). Como resultados preliminares, se observa que la lectura de la historia de las políticas de vivienda permite comprender, por un lado, el papel del Estado en la articulación con los agentes productores de vivienda (mercado y sociedad civil) y, por otro lado, las interacciones urbano-regionales que se desarrollan a partir de la producción y el consumo de vivienda, abriendo la posibilidad de análisis para las interacciones en el contexto de una red urbana, más allá de la escala local y de la ciudad.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, campus de Presidente Prudente. Graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, campus de Presidente Prudente. E-mail: joao.pavoni@unesp.br.



Palabras clave: Pequenas cidades, Políticas de vivienda, Ordenamiento poblacional, Región de Ribeirão Preto.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado² em desenvolvimento, que tem como objetivo analisar as dinâmicas de produção do espaço urbano em pequenas cidades situadas na Região Geográfica Imediata de Ribeirão Preto – SP (IBGE, 2017), sobretudo na produção, acesso e consumo da habitação de interesse social promovida pelos agentes produtores do espaço urbano, em especial o poder público (em seus diferentes níveis), mas também os proprietários de terras, as incorporadoras e construtoras, e a sociedade civil (CORRÊA, 1989; SPOSITO, 2013).

Na delimitação do objeto de estudo, foram consideradas como pequenas cidades aquelas classificadas como Centros Locais e Centros de Zona, de acordo com os estudos sobre as “Regiões de Influência das Cidades – REGIC” (IBGE, 2008; 2020). Frente ao debate sobre as pequenas cidades, em especial no contexto da reestruturação urbana (SPOSITO; SPOSITO, 2012; BRENNER, 2013), priorizou-se a discussão do papel do Estado na produção e promoção de moradia, compreendida como necessidade básica (BUONFIGLIO, 2018) para a reprodução das práticas socioespaciais que se desencadeiam para além da escala local.

Para este trabalho, o recorte territorial de análise foi estabelecido para Arranjo Populacional de Ribeirão Preto – SP, que é composto por pequenas cidades que se interagem e se articulam diariamente com a cidade média de Ribeirão Preto (IBGE, 2016; 2020), tendo em vista as atividades destinadas para o consumo, lazer, trabalho, bem como a produção de unidades habitacionais que se desencadeia regionalmente a partir de vínculos institucionais com a COHAB-Ribeirão (com sede na cidade de Ribeirão Preto), com o escritório regional da CDHU/SP (também situado em Ribeirão Preto), além do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Nesse sentido, objetiva-se a leitura do histórico da produção da habitação de interesse social e do déficit habitacional registrado, a análise dos dados de deslocamentos diários das cidades componentes do Arranjo Populacional, bem como a

² Projeto de Mestrado: Produção do espaço urbano e políticas habitacionais de interesse social em pequenas cidades da Região Geográfica Imediata de Ribeirão Preto – SP. Linha de pesquisa: “Produção do Espaço Urbano” (PPGG – FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente).



discussão sobre pequenas cidades e os processos que se desencadeiam com as políticas habitacionais.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizados diversos procedimentos metodológicos, relacionados à coleta de dados secundários sobre a produção habitacional das políticas analisadas, o déficit habitacional urbano quantitativo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010), as informações sobre as dinâmicas de mobilidade entre cidades (IBGE, 2010; 2016), e a reunião de informações a respeito da centralidade exercida pelas cidades componentes do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto – SP (IBGE, 2016), tendo em vista o mapeamento dos índices de atração temática para serviços de consumo, saúde, transporte público, lazer, e os vínculos da rede urbana, extraídos do estudo sobre as “Regiões de Influência das Cidades – REGIC” (IBGE, 2020) e trabalhados em *software* de geoprocessamento livre (*QGIS*).

Com respeito à produção habitacional, a coleta dos dados secundários se deu via *site* do Sistema de Habitação – SISHAB (Ministério do Desenvolvimento Regional), base de dados *online* da Produção Habitacional Estadual – (CDHU/SP), e base de dados *online* da COHAB-Ribeirão. Procurou-se, também, como parte da metodologia, a leitura de referencial teórico específico sobre as pequenas cidades, ao ponto de estabelecer os critérios de seleção das mesmas, levando-se em consideração a situação geográfica, os dados demográficos e os papéis e funções exercidos na rede urbana.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da consulta da ampla literatura que trata de políticas habitacionais e produção do espaço urbano, é possível afirmar que existe ainda uma carência de estudos sobre a realidade das cidades situadas nos estratos inferiores da rede urbana, quando comparados aos trabalhos que se voltam às análises da produção e consumo da habitação em metrópoles e/ou cidades grandes e médias. Não é demais lembrar, ainda, que pequenas cidades compõem uma parte significativa da rede urbana brasileira, e não contemplá-las é esquecer uma parte da realidade urbana (ENDLICH, 2006).



Um dos termos que se aproximam para a conceituação de “pequena cidade” é o de “cidades locais”, empregado por Santos (1982). Estas compreendem as localidades que conseguem suprir suas necessidades mínimas sobre sua população local, frente à disponibilidade dos serviços urbanos. Para o autor, tais localidades partem do pressuposto de serem:

[...] aglomerações em seu nível mais fundamental, nível abaixo do qual não se pode mais falar da existência de uma verdadeira cidade. Temos aqui uma questão de limite inferior da complexidade das atividades urbanas capazes, em um momento dado, de garantir ao mesmo tempo um crescimento autossustentado e um domínio territorial. A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço (SANTOS, 1982, p.70-71).

Considerar a “verdadeira especialização do espaço” nas análises das pequenas cidades significa levar em conta seus aspectos qualitativos, bem como suas funções intra e interurbanas. Ou seja, as relações entre cidades aparecem como elementos a serem considerados neste trabalho o que, inclusive colabora na própria definição do recorte territorial adotado.

Na Região de Ribeirão Preto – SP, o agronegócio e o desenvolvimento industrial nas décadas de 1960/70 foram fortes indutores para o crescimento demográfico das cidades, tendo em vista a formação de “complexos agroindustriais” que condicionaram processos migratórios urbano-rural e urbano-urbano, o surgimento de conjuntos habitacionais para trabalhadores agrícolas, além do fortalecimento das interações entre cidade-campo e pequenas cidades com as cidades de Franca, Araraquara e Ribeirão Preto (ELIAS, 2003; BERALDO, 2018). A habitação, nesse sentido, faz parte e contribui para a realização de práticas sociais que se desencadeiam na e a partir da cidade, seja em escala local, mas também regional.

Para alguns autores, as condições de trabalho e renda, bem como a ausência de serviços básicos, como equipamentos de saúde, educação, assistência social, consumo e habitação são elementos que interferem na acessibilidade e mobilidade por parte das sociedades locais, podendo produzir desigualdades nas pequenas cidades. Nesse sentido, ao analisar tais elementos em duas pequenas cidades situadas na região “Nova Alta Paulista”, Roma (2008) levanta a hipótese de esses centros urbanos sofrerem algumas dinâmicas segregativas não apenas intraurbanas, como também interurbanas.



De acordo com o trabalho realizado por Calixto, Bernardelli e Jurado da Silva (2021), analisando a implantação de empreendimentos habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, consideram que as iniciativas técnicas de planejamento urbano, sobretudo nas políticas realizadas no âmbito do município, como as de regularização de terras, loteamentos e incorporação de novas áreas, têm desencadeado processos de “espraiamento” do tecido urbano e novas dinâmicas de segmentação do espaço a partir de uma lógica fundiária e incorporadora na cidade média de Dourados – MS.

Bernardelli (2004) já considerava a intervenção do Estado na implantação de políticas habitacionais para a reprodução das necessidades básicas da população em pequenas cidades. Nesse sentido, a habitação, compreendida como necessidade frente às demandas para reprodução da força de trabalho (BUONFIGLIO, 2018) pode ser analisada em múltiplas escalas e dimensões ao se considerar a distribuição/oferta, fonte dos recursos e agentes produtores envolvidos, localização, tipologias e acessibilidade, seja para a diminuição do déficit habitacional quantitativo nos país, ou para a reprodução do próprio mercado imobiliário e da divisão territorial do trabalho, articulado ao estratégico setor da construção civil (SHIMBO, 2010; MELAZZO, 2013).

As ações do Estado no âmbito das políticas habitacionais ganharam importante destaque com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em 1964. Foram diversos os programas delineados com propostas para a redução do déficit habitacional, tendo como fontes principais o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) (ROYER, 2009; CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Os programas habitacionais foram, naquele período entre 1964 e 1986, desenvolvidos com base em dois agentes principais: os agentes promotores, que promoviam, organizavam e acompanhavam as políticas que propunham o BNH; e os agentes financeiros, responsáveis pelo direcionamento do crédito habitacional (ROYER, 2002). Vale ressaltar que as COHABs (Companhias Habitacionais) realizavam as duas funções.



De acordo com as informações da Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto³, as COHABs foram criadas no período de desenvolvimento do BNH/SFH, sobre a Lei nº 4.830/64, atendendo, em primeiro momento, famílias com rendimentos até três salários mínimos. As Companhias Habitacionais eram integrantes do sistema SFH, com atuações reservadas aos estados e municípios, sobre os parâmetros dos órgãos federais.

As sedes das Companhias, no geral, foram estabelecidas em cidades de maiores portes e com densidade populacional mais elevada, tendo em vista o combate ao déficit habitacional quantitativo mais expressivo em maiores centros urbanos, além do atendimento às cidades de menores portes em suas regiões. É interessante ressaltar, que entre o período de criação da COHAB-Ribeirão até o ano de 2020, a empresa alcançou mais de 70 mil unidades habitacionais produzidas, concentrando um total de 44.354 (ou mais de 60%) de unidades habitacionais produzidas somente nos municípios componentes da Região Geográfica Imediata de Ribeirão Preto – SP (COHAB-RIBEIRÃO, 2020).

Com a alta da inflação na década de 1980, em conjunto com a crise de liquidez e altos índices de inadimplência no SFH e no BNH, as políticas habitacionais desenvolvidas pelos estados e municípios ganharam maior relevância (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017). No estado de São Paulo, a CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano ganhou destaque neste processo, se tornando um dos principais agentes promotores e executores das políticas habitacionais nas cidades paulistas naquele período e mesmo posteriormente (ROYER, 2002; CDHU, 2016).

Foram vários os programas delineados pela CDHU ao longo dos anos que, em conjunto com a Secretaria da Habitação Estadual, ora privilegiou a participação popular e a aproximação do governo estadual com as prefeituras municipais com programas de mutirão e autoconstrução, ora as parcerias público-privadas, no esquema de “empreitada global” com a produção em massa de unidades habitacionais por empresas construtoras (ROYER, 2002; CDHU, 2016).

³ Disponível em: <www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/cohab/>. Acesso em: 20 ago. 2020.



No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998) foi criado o PAR – Programa de Arrendamento Residencial. A CEF (Caixa Econômica Federal) tornou-se a operadora do Programa e os recursos financeiros passaram a ser repassados para as companhias construtoras, produzindo habitações e transferindo-as à Caixa, responsável pela alocação da população a ser beneficiada (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017). É importante ressaltar no modelo da produção habitacional do PAR a progressiva consolidação de um sistema de mercado, com o incentivo a um conjunto de empresas que estariam dispostas a concentrar a produção para os setores de renda média e baixa (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Em março de 2009 o governo anunciava o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que deveria produzir moradias para famílias com rendas mensais de até dez salários mínimos. As ações estabelecidas, no início, davam prioridade aos municípios com mais de 100 mil habitantes, tendo em vista a proporção do déficit habitacional quantitativo para os maiores centros urbanos. De acordo com Amore, Shimbo e Rufino (2015), em primeiro momento, tais iniciativas refletiram a leitura simplificada do déficit habitacional relativo nas cidades brasileiras.

Na estrutura do PMCMV, os recursos para o crédito habitacional eram divididos pelas Faixas de Renda 1, 2 e 3, em primeiro momento, que abrangia famílias com rendas mensais de zero a três salários mínimos, três a seis salários mínimos e seis a dez salários mínimos, respectivamente, a partir de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). No ano de 2011 (segunda Fase do PMCMV), foi criada a modalidade “Minha Casa Minha Vida – Sub 50”, com o atendimento da política aos municípios com menos de 50 mil habitantes, incluída também na Faixa de Renda 1. Nesta modalidade, os Agentes Financeiros assumiram destaque nas escolhas das regiões e nas contratações das construtoras e incorporadoras, favorecendo a atuação das empresas locais e regionais nas pequenas cidades que participaram do Programa (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

A partir do breve referencial teórico, nota-se que a questão da habitação, sua produção e o acesso à mesma apresentam complexas relações no que se refere à produção do espaço urbano ao longo do histórico das políticas públicas brasileiras. Seja

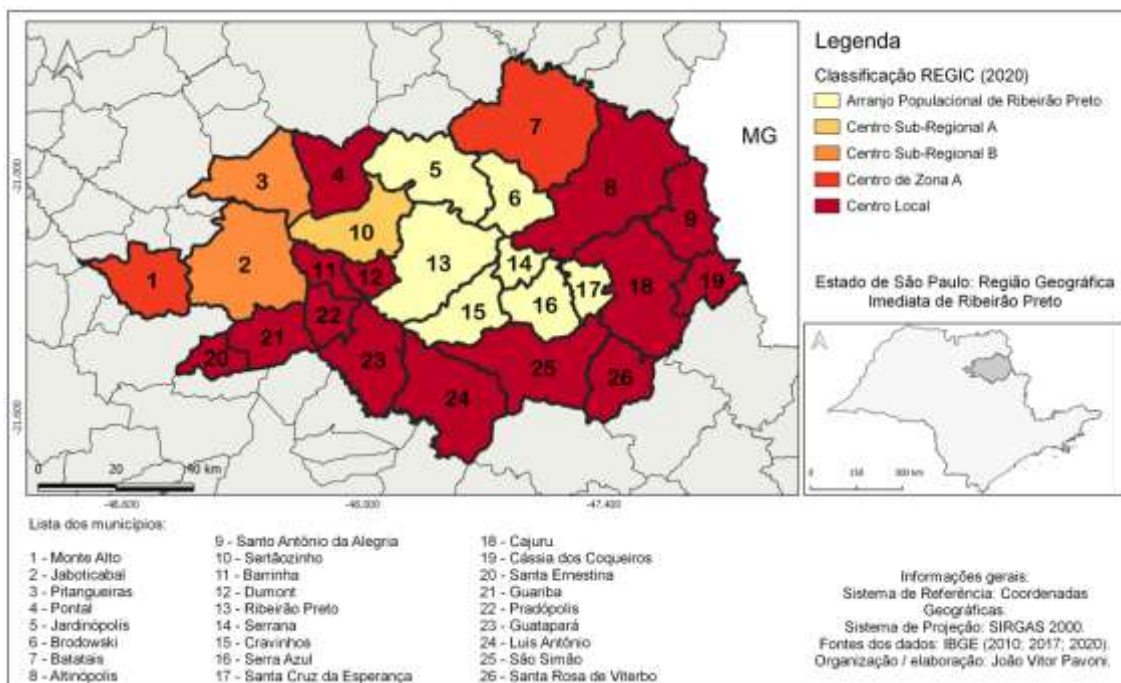


na escala intraurbana ou interurbana, conformam-se áreas em que sua produção e consumo organizam relações entre cidades. Os efeitos espaciais são múltiplos e articulam-se diretamente a processos de diferenciação e desigualdades socioespaciais. Com o intuito de contribuir para o debate, os dados a seguir representam um panorama geral deste processo, a partir de informações que interligam as cidades componentes do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto – SP, relacionando trabalho e estudo, e a produção de unidades habitacionais por políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme citado anteriormente, este trabalho deriva de uma pesquisa em desenvolvimento, que mapeou os municípios pertencentes à Região Geográfica Imediata de Ribeirão Preto – SP, além de identificar a classificação na hierarquia urbana proposta pela REGIC (IBGE, 2020), e o referido Arranjo Populacional de Ribeirão Preto – SP, tal como exposto no Mapa 1:

Mapa 1: Municípios da Região Geográfica Imediata de Ribeirão Preto - SP e Classificação REGIC, 2020.



Organização/elaboração: João Vitor Pavoni (2020).

A Região Geográfica Imediata de Ribeirão Preto abrange um total de 26 municípios, contendo cidades classificadas em Arranjo Populacional (Capital Regional



A), Centros Sub-Regionais A e B, Centros de Zona A, e os demais Centros Locais. O Arranjo Populacional de Ribeirão Preto é composto por um conjunto de sete municípios (Quadro 1). Vale ressaltar, que as cidades componentes do Arranjo Populacional foram incorporadas na publicação do estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2020) tendo em vista o estudo sobre os Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2016), no qual integrou cidades anteriormente classificadas como Centros Locais e Centros de Zona, devido a maiores fluxos e conexões, bem como a proximidade geográfica com a cidade de Ribeirão Preto.

Quadro 1: Municípios componentes do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto – SP.

Unidades Territoriais	População Total (SEADE, 2021)	Núcleo	Índice de integração do município com o arranjo	Mancha Urbanizada Contígua	Município desmembrado de outro do arranjo, após 1988
Brodowski (SP)	24.132	Não	0.19	Não	Não
Cravinhos (SP)	34.637	Não	0.24	Não	Não
Jardinópolis (SP)	43.258	Não	0.21	Sim	Não
Ribeirão Preto (SP)	688.894	Sim	0.05	Sim	Não
Santa Cruz da Esperança (SP)	2.086	Não	0.20	Não	Não
Serra Azul (SP)	12.381	Não	0.28	Não	Não
Serrana (SP)	44.870	Não	0.27	Não	Não

Fonte: IBGE (2016; 2020). Elaboração: Eduardo da Silva Correia (2020).

O estudo realizado pelo IBGE (2016), denominado “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil” identifica os “arranjos populacionais”, compostos por dois ou mais municípios que se relacionam cotidianamente através de migrações pendulares para trabalho ou estudo, bem como pela proximidade das manchas urbanas, o que implica considerar o local de moradia desta população que se desloca e, portanto, os agentes que comandam e as formas de sua provisão/produção.

Frente às interações urbano-regionais, os dados do IBGE (2010; 2016) apontam que, das seis pequenas cidades componentes do Arranjo Populacional, 24.229 pessoas trabalhavam e/ou estudavam nos municípios do referido Arranjo, além de um total de 31 viagens realizadas diariamente por transporte público rodoviário com destino a



Ribeirão Preto – SP⁴ (Brodowski – 25 viagens diárias; Santa Cruz da Esperança – 4 viagens diárias; e Serra Azul – 2 viagens diárias).

Através das consultas às bases de dados citadas no item “METODOLOGIA”, as cidades pertencentes ao Arranjo Populacional (exceto Ribeirão Preto) apresentam 3.694 unidades habitacionais dispostas em 12 conjuntos habitacionais implementadas pela COHAB/Ribeirão, 2.771 unidades habitacionais divididas em 25 conjuntos habitacionais implantadas pela CDHU, além de 4.169 unidades habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, sendo 69 unidades Faixa 1 (famílias com rendas mensais até R\$ 1.800,00), 3.844 unidades Faixas 1,5 e 2 (rendas mensais até R\$ 4.000,00) e 216 unidades habitacionais Faixa 3 (rendas mensais até R\$ 9.000,00).

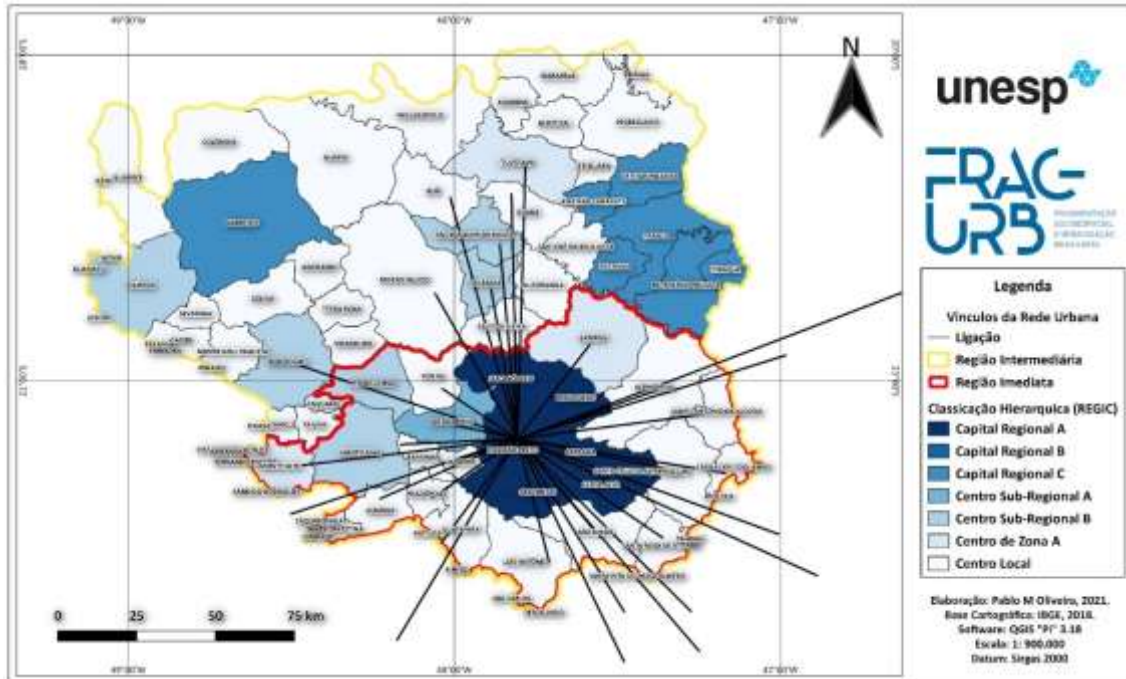
O déficit habitacional urbano registrado no Censo Demográfico de 2010 para as cidades de Jardinópolis, Brodowski, Serrana, Cravinhos, Serra Azul e Santa Cruz da Esperança compõem 4.021 unidades habitacionais, com destaque para os componentes do déficit habitacional da coabitação familiar e ônus excessivo com aluguel (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010). Em relação aos dados dos domicílios nestas seis cidades, a média dos domicílios vazios sobre os particulares permanentes é de 16,35% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010), repetindo aqui o aparente paradoxo presente em várias cidades brasileiras: domicílios vazios em número maior que os do déficit habitacional e até mesmo da própria produção atual ou passada de habitação de interesse social.

O Mapa 2 e a Figura 1 apresentam os vínculos da rede urbana e os índices de atrações temáticas, respectivamente, ressaltando a centralidade exercida pelo Arranjo Populacional de Ribeirão, considerando o olhar, agora, para a Região Geográfica Intermediária de Ribeirão Preto (IBGE, 2017).

⁴ A pesquisa pretende investigar o total de viagens realizadas com destino a Ribeirão Preto em todos os municípios pertencentes ao Arranjo Populacional de Ribeirão Preto, além dos tipos de transportes coletivos (públicos e privados), distâncias percorridas, horários de saída e tempos gastos, tendo em vista a aplicação de metodologias de coletas de dados primários e trabalhos de campo nas referidas sedes municipais.



Mapa 2: Municípios da Região Geográfica Intermediária de Ribeirão Preto – SP. Vínculos da rede urbana.



Organização/elaboração: Pablo M. Oliveira (2021).

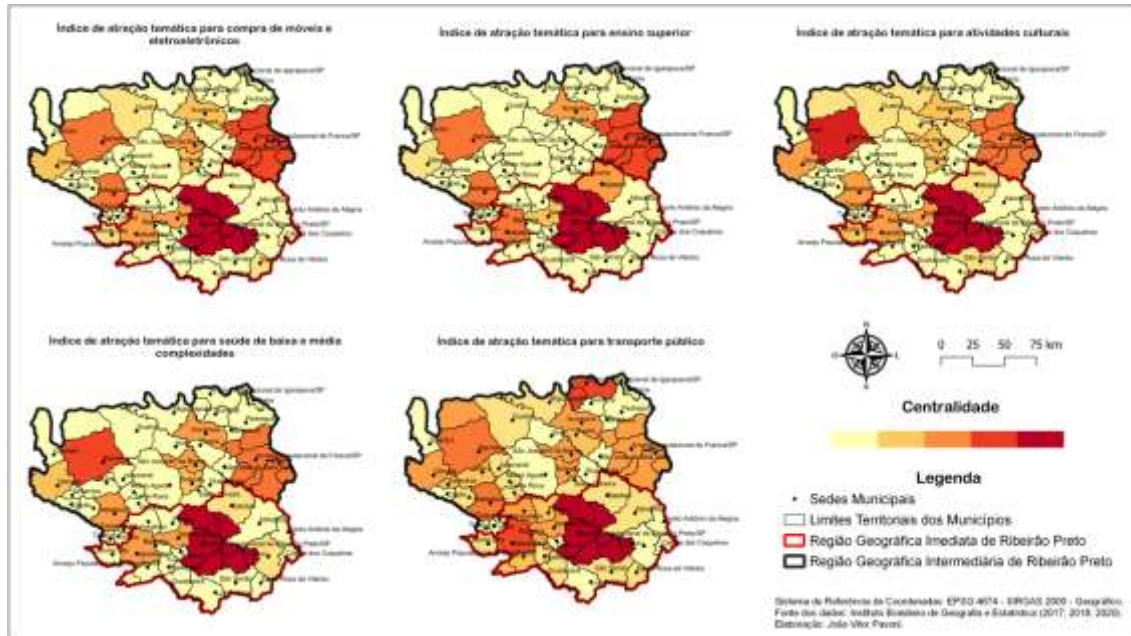
É correto afirmar que as interações entre cidades tem se intensificado no contexto da reestruturação urbana, sejam pelas reconfigurações das divisões espaciais de trabalho, descentralização produtiva, mobilidade geográfica, bem como a formação de arranjos espaciais (BRENNER, 2013). Entende-se por reestruturação urbana o processo que se caracteriza pela sobreposição de uma nova estrutura de produção e interações entre cidades, mas que não necessariamente a substitua por completo, porém, reforçando as mudanças de novas lógicas espaciais (SPOSITO, 2007).

Para Sposito e Sposito (2012), no contexto de reestruturação urbana, é necessário que se amplie a escala de análise, ao considerar que as cidades componentes de determinado arranjo espacial possam contribuir para a redefinição dos papéis das cidades ao entorno. Nesse sentido, o debate acerca da centralidade exercida pelas cidades médias é de fundamental importância para que se compreendam os novos papéis e significados das pequenas cidades, para além de uma lógica hierárquica.

Tal como afirma Sposito (2007), as cidades médias tem assumido cada vez mais o papel de gestão política-administrativa e econômica, seja para a produção e dinamização da economia, ou para a realização de práticas socioespaciais que se desencadeiam na escala da rede urbana. Na perspectiva econômica, podem, também, se articularem em

escalas nacionais e internacionais, sem que, necessariamente, sejam subordinadas ao comando da metrópole nacional, podendo estabelecer relações mais complexas.

Figura 1: Região Geográfica Intermediária de Ribeirão Preto - SP. Índices de atrações temáticas.



Organização/elaboração: João Vitor Pavoni (2021).

De acordo com a Figura 1, é possível observar que as cidades componentes do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto exercem fortes centralidades na oferta de serviços para consumo, educação, atividades culturais, saúde e mobilidade, frente ao recorte da Região Geográfica Intermediária de Ribeirão Preto (IBGE, 2017), mas também, exercendo centralidade para além de sua Região e/ou delimitação Estadual. Vale considerar que, muitos dos serviços são localizados na cidade média de referência, porém os índices de atração temática nos auxiliam a entender como as pequenas cidades assumem novos papéis e significados nos contextos atuais.

Contudo, dentro deste processo, cabe ao pesquisador a reflexão e a análise acerca do aumento de centralidade exercida pelo referido Arranjo Populacional, que possibilita o estreitamento das interações urbano-regionais através dos serviços ofertados e práticas socioespaciais desempenhadas, e as contradições deste processo, medido através dos deslocamentos diários (e suas variáveis) pela ausência de equipamentos e serviços urbanos necessários à reprodução das necessidades básicas, em particular, nas pequenas cidades.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pretende compreender como a intervenção do Estado, em conjunto com os agentes produtores da habitação, vem atuando em pequenas cidades, do ponto de vista do acesso à habitação como necessidade básica de reprodução individual e coletiva e dos efeitos socioespaciais no plano da cidade (desigualdades socioespaciais) e do urbano (em relação à rede em que se inserem).

Se por um lado, há maiores integrações entre cidades, por outro, há o aumento das diferenças socioespaciais nelas produzidas. Nas observações de Corrêa (1989), a partir do “como” e o “onde morar”, percebe-se que as ações do Estado, através das políticas públicas, não são autônomas e sim decorrentes e articuladas às intervenções dos agentes de produção do espaço, para além da simples escolha das classes sociais enquanto consumidoras. Ao considerar a leitura da habitação e suas políticas de acesso frente aos vínculos da rede urbana para trabalho e/ou estudo, nota-se a complexa configuração de processos que se desencadeiam regionalmente, acentuando as centralidades, como também as desigualdades socioespaciais.

Assim, os resultados obtidos na pesquisa serão analisados sob o olhar do referencial teórico a respeito das pequenas cidades, suas relações com a cidade média e a rede urbana, produção do espaço urbano, políticas habitacionais de interesse social, bem como a leitura da bibliografia sobre desigualdades socioespaciais e reestruturação urbana. Além disso, este trabalho pretende contribuir com o Projeto Temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos”, aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, com o intuito de compreensão da lógica socioespacial fragmentária frente à diferenciação e desigualdades nas cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.



BERALDO, Ana Maria. **O Programa Minha Casa Minha Vida em Sertãozinho-SP: habitação e produção da cidade.** 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, 2018.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias.** 2004. 374 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 17, n. 1, p. 198-220, 2013.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. Habitação de Interesse Social. **Mercator (Fortaleza)**, v. 17, 2018.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. Da Produção da cidade à produção da habitação: abordagens a partir do estado de Mato Grosso do Sul. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; REDÓN, Sergio Moreno (Org.). **O Programa minha casa minha vida e seus desdobramentos socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras.** 1 ed. Porto Alegre : Total Books, 2021.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas; ARAGÃO, Thêmis Amorim. **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise.** Letra Capital Editora LTDA, 2017.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO (CDHU). **CDHU 50 anos.** Promovendo a Habitação Social no Estado de São Paulo. Secretaria da Habitação. 2016.

CORRÊA, Roberto. Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática. 1989.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto, SP.** Edusp, 2003.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil.** Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades, 2007 - REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades, 2018 - REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Sistema de Habitação. Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília, 2019. Disponível em: <
<http://sishab.mdr.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MELAZZO, E. S. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil dos anos 2000. **Mercator (Fortaleza)**, V. 12, Nº Especial (2), 2013.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação Sócio-espacial em Cidades Pequenas**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. 2009. 194 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Política Habitacional no Estado de São Paulo: estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, USP. São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias: Reestruturação das Cidades e Reestruturação Urbana**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.) **Cidades médias: Espaços em transições**, 2007, p. 233 – 253.



SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.). **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira**: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. Projeto de pesquisa. Presidente Prudente, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: CORRÊA, Roberto Lobato et al. (org.) **A cidade contemporânea. Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, v.1, p. 61-93.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. **Anais do RII. Belo Horizonte**, 2012.